

ALVARÁ

12.11.1757





U ELREY. Faço saber aos que este Alvará de Declaração virem, que, sendo-me presente em Consulta da Junta do Comércio destes Reinos, e seus Dominios, que aos Navios fabricados nos Pórtos do Brasil, que os seus Proprietarios pertendiaõ navegar para a Cidade de Lisboa, se lhes duvida dar a preferencia determinada na Ley de vinte e nove de Novembro de mil sete-

cento sincoenta e tres, porque se declaraõ os Paragrafos primeiro, segundo, terceiro, e quarto do novo Regimento da Alfandega do Tabaco, escrito na dita Cidade de Lisboa a dezaseis de Janeiro de mil setecentos sincoenta e hum, em razão de os ditos Navios não irem com as Frotas em direitura para aquelles Pórtos: Sou servido declarar o dito Regimento de dezaseis de Janeiro de mil setecentos sincoenta e hum, e Ley de vinte e nove de Novembro de mil setecentos sincoenta e tres: Ordenando, como por este ordeno, que todos os Navios, que forem fabricados nas Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, e Parnambuco, ou Paraiba, sendo pertencentes a Proprietarios moradores nos mesmos Pórtos, sejaõ sempre comprehendidos na preferencia para a respectiva navegação de cada hum delles; e sendo de Proprietarios de fóra, que os mandem construir aos mesmos Pórtos, sómente gozarão da preferencia na primeira viagem, que delles fizerem para este Reino.

E este se cumprirá, e guardará inteiramente, como nelle se contém, não obstantes quaesquer Leys, Regimentos, ou ordens em contrario, ainda que requeiraõ especial menção, porque todas hei por derogadas no que a este se acharem contrarias.

Pelo que mando ao meu Conselho Ultramarino, Regedor da Casa da Supplicação, Governadores da Relação, e Casa do Porto, e das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Vice-Rey, Governadores, e Capitaens Generaes do Estado do Brasil, Junta do Comércio destes Reinos, e seus Dominios, Ministros, e mais Pessoas dos meus Reinos, e Senhorios, que o cumprão, e guardem, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar como nelle se contém. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação do livro 2.

titulo

202
titulo 39 e 40., e se registará em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Leys, mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado em Belem, aos 12 dias do mez de Novembro de mil setecentos sincoenta e sete.

REY.

Sebastião Joseph de Carvalho e Mello.

Alvará, porque V. Magestade ha por bem declarar o Regimento da Alfandega do Tabaco de 16 de Janeiro de mil setecentos sincoenta e hum, e Ley de 29 de Novembro de mil setecentos sincoenta e tres, ordenando a preferencia, que devem ter os Navios fabricados nos Pórtos do Brasil, assim os dos Proprietarios, que forem moradores nos mesmos Pórtos, como os dos Proprietarios de fóra; tudo na fórma, que assim se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Luiz Antonio da Costa Pego o fez.

Registrado no Livro da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios a fol. 203. vers. Belem, a 14 de Novembro de 1757.

Luiz Antonio da Costa Pego.

Registrado a fol. 101. vers.

